

## PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA: o Plano Plurianual – sua elaboração e execução.

Mikaelle Maria Fontenele Santos<sup>1</sup>  
Prof. Álvaro José Ribeiro Caldas<sup>2</sup>

### RESUMO

O planejamento estratégico municipal torna o trabalho de uma cidade mais eficiente, apresentando orientações para os gestores, que têm como meta alcançar objetivos positivos para seus governos, possibilitando corrigir distorções administrativas, fazendo alterações em condições indesejáveis para a comunidade, assegurando a viabilização estratégicas propostas, e determinando os objetivos a serem atingidos e ações a serem trabalhadas. Envolve o Plano Plurianual Municipal, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei de Orçamento Anual. Para a melhor compreensão de como funciona e o interesse dos gestores em executar o que foi planejado, foram pesquisados os últimos cinco anos do município de Parnaíba-PI, onde foram analisados os diversos programas criados para todos os setores da cidade, como saúde, educação, infraestrutura e outros, com confrontação das despesas estimadas das ações e as despesas executadas no exercício previsto. O período escolhido para a análise de dados foi do ano de 2006 a 2010, envolvendo um Plano Plurianual completo (2006-2009) e o início de outro (2010-2013), possibilitando analisar o interesse dos governantes em colocar em prática o planejado para determinado período. O material utilizado para analisar tais valores foi o Anexo II do Plano Plurianual mencionado anteriormente e o Anexo VI do Balanço Geral da Prefeitura Municipal de Parnaíba-PI. Os resultados obtidos levaram a conclusão de que os governantes precisam de mais atenção em determinados setores quando vão determinar valores para suas ações, pois, embora a maioria dos valores estimados tenha sido realizada, houve casos que se precisou do crédito suplementar para a sua conclusão.

**Palavra-chave:** Plano Plurianual. Lei de Diretrizes Orçamentárias. Lei de Orçamento Anual. Balanço Geral da Prefeitura Municipal de Parnaíba-PI.

### 1 INTRODUÇÃO

Atualmente, tudo que se vai fazer deve ter planejamento, e com o dinheiro público não pode ser diferente, os governantes devem planejar cada passo que envolva o desenvolvimento e a qualidade de vida da sociedade em geral. E para que se tenha ideia do que possa ser feito para melhorar o crescimento econômico, promoção da inclusão social e redução das desigualdades, os governantes devem ter uma gestão transparente, uma administração participativa e descentralizada, tendo uma visão voltada para resultados, e responsabilidades políticas sociais.

---

<sup>1</sup> Contadora. Bacharela em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Piauí. Contadora. E-mail: mikaellefs@hotmail.com.

<sup>2</sup> Professor Orientador. Contador. Especialista em Contabilidade e Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Piauí. Mestrando em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará.

Mas, como planejar e decidir o quanto, quando e onde investir? Como detectar as necessidades dos cidadãos no Município de Parnaíba - PI?

O Plano Plurianual (PPA) é o instrumento indicado para se planejar estrategicamente os objetivos e metas de um município, juntamente com a participação da população que conhece as necessidades e problemas que a cidade possui. Planejar é escolher o melhor para os cidadãos.

Planejar a cidade é essencial, é o ponto de partida para uma gestão municipal efetiva frente à máquina pública, na qual a qualidade do planejamento ditará os rumos para uma boa ou má gestão, com reflexos diretos no bem-estar dos munícipes (ANDRADE et al., 2005).

O Plano Plurianual Municipal é uma peça do município e da prefeitura de médio prazo para conduzir efetivamente o orçamento e os gastos públicos municipais durante a sua vigência, para manter o patrimônio público e também para elaborar investimentos coerentes com as receitas e despesas municipais.

O município de Parnaíba utiliza o Plano Plurianual para elaborar programas (contendo ações, objetivos e metas) onde possa escolher os locais para qual será destinado o dinheiro público. Para um resultado positivo com execução dos programas, será necessário que haja monitoramento, avaliação e se preciso reavaliação do plano para devidas alterações.

Segundo Ackoff (1980, p. 3):

O Planejamento é um processo que envolve tomada e avaliação de cada decisão de um conjunto de decisões inter-relacionadas, antes que seja necessário agir, numa situação na qual se acredita que, a menos que se faça alguma coisa, um estado futuro desejado não deverá ocorrer e que, se tomar as atitudes apropriadas, pode-se aumentar a probabilidade de um resultado favorável.

O objetivo principal desse trabalho é mostrar os resultados que a Prefeitura Municipal de Parnaíba – PI obteve nos últimos cinco anos com a utilização do Plano Plurianual Municipal. Além da participação da sociedade interessada na elaboração dos planos estratégicos e dos objetivos que se desejaria atingir.

Já é possível perceber a influência do Plano Plurianual na vida da sociedade, pois são estabelecidos programas que objetivam o desenvolvimento do Município, procurando melhorar em todos os setores municipais (saúde, educação, infraestrutura, etc.). Com a ação participativa da sociedade é possível determinar os pontos que realmente necessitam de atenção. Os resultados das despesas executadas no Balanço Geral do Município provam se há um interesse dos governantes em cumprir com o que foi planejado, pois tem controle juntamente com os anexos em seu Plano Plurianual onde constam as despesas estimadas,

fazendo assim uma comparação entre os valores dos programas estimados com os executados, possibilitando perceber o interesse dos governantes em executar os objetivos estabelecidos.

A metodologia de pesquisa envolveu uma abordagem bibliográfica e documental, onde buscou entender a fundo os conceitos, explicações, e orientações de como se elaborar um projeto, qual sua importância para a sociedade, quais etapas deveriam ser seguidas para o êxito do mesmo, e como vinham sendo executados os planejamentos estratégicos no município de Parnaíba-PI, que possui 145.705 habitantes (segundo dado do IBGE 2010). Sendo utilizada a análise dos relatórios que continham o que se havia estimado (nos Plano Plurianual de 2006 a 2010) com o que teria executado (no anexo VI do Balanço Geral).

Tendo como amostragem para análise de tais atividades o Plano Plurianual de 2006 a 2009 e o início do Plano Plurianual de 2010 a 2013 (sendo analisado apenas o primeiro ano), observando um programa de cada secretaria, cuja despesa tinha um valor significativo de investimento.

A coleta de dados para tal demonstração de valores foi realizada com base nos Planos Plurianuais no Anexo II (Programas do PPA) que contém os valores de gastos estimados, contando com 313 programas para o PPA 2006 – 2009 e 516 programas para o PPA de 2010 - 2013, confrontando com os valores do anexo VI do Balanço Geral onde contem as despesas executadas de cada programa com seus respectivos anos, para mostrar o interesse dos governantes de colocar em pratica o que se planejou.

Iremos observar que as despesas foram em sua maioria executada em sua percentagem total do que se havia planejado, sendo que em alguns casos foi necessário se pedir um acréscimo adicional para algumas ações, onde as despesas foram maiores do que se havia esperado, acréscimo esse mais conhecido como crédito suplementar, sendo uma dotação orçamentária para ajudar nas despesas orçamentárias, cujos valores estimados não foram suficientes para a execução do mesmo, muito embora acontecesse em algumas situações desses créditos adicionais serem anulados por exceder as despesas realizadas no período.

Este trabalho foca a intenção de mostrar se os governantes tiveram interesse em cumprir com o que foi planejado para o Plano Plurianual Municipal nos últimos cinco anos, fazendo uma comparação com o valor estimado e o valor executado em cada secretaria com uma ação de cada setor, e mostrar também o fato de reverem as bases de cálculo utilizada para se chegar aos valores estimados, pois estes muitas vezes são inferiores aos reais gastos ocorridos nos exercícios aqui analisados.

## **2 ELABORAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL MUNICIPAL**

O Plano Plurianual de um Município é um planejamento estratégico que irá estabelecer de forma regionalizada, todas as diretrizes, objetos e metas da administração pública municipal para a execução de suas despesas de capital e outras dela decorrentes e para os programas de duração continuada. A Constituição de 1988 designou ao PPA o papel central no planejamento do Governo Federal, sendo reforçado mais ainda pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que dá destaque à ação planejada de governo e à compatibilização dos orçamentos com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual. O PPA será o resumo de todas as ações que a Prefeitura irá executar no período de quatro anos de governo, seja com atividades continuadas ou projetos de investimentos, até o primeiro ano do mandato seguinte.

Os principais objetivos do Plano Plurianual requerem uma definição clara de suas metas e prioridades da administração bem como os resultados esperados; organizar em programas as ações de que resulte oferta de bens ou serviços que atendam demandas da sociedade; que haja transparência em sua aplicação de recursos e resultados obtidos; compatibilidade entre a orientação estratégica do governo, as possibilidades do município e a capacidade operacional dos diversos órgãos ou entidades municipais; que tenha integração com as Leis de Diretrizes Orçamentárias, as Leis Orçamentárias Anuais e com a execução de orçamento; que seja monitorado e avaliado; e que seja revisto, sempre que necessário.

De acordo com o artigo 167, inciso I da CF/88, é vedado o início de programas e projetos que não estejam incluídos no PPA. Logo, todas as ações constantes da Lei Orçamentária Anual devem também estar presentes no PPA, ou seja, o orçamento, para sua validade, deve ser necessariamente compatível com o Plano Plurianual. (Art. 165, §7º, CF.)

O PPA não contém apenas as obras e investimento que irá executar durante os quatro anos, mas contém todas as ações orçamentárias do município, podendo ser atividades permanentes, operações especiais ou projetos. Isso acontece porque o Plano Plurianual é um documento que contém todas as diretrizes, objetivos e metas do município que planeja suas despesas de capital e de outras decorrentes e para as relativas de programas continuadas.

A integralização do PPA com a LOA se dá a partir do momento em que as despesas são reconhecidas, o montante distribuído em cada ação do plano que é feito no orçamento todo o seu detalhamento e a classificação da sua despesa, segundo as normas da Lei 4.320/64. Com o reconhecimento pode se identificar os gastos previstos para as ações do

PPA e os orçamentos do Município, mostrando as dotações do próximo orçamento dentro da perspectiva de planejamento de médio e longo prazo.

Os Programas que são componentes fundamentais do PPA desdobram-se em ações às quais se alocam os recursos (dotações) dos orçamentos anuais. Na Lei Orçamentária Anual as ações (projetos e atividades) terão seus custos detalhados de forma transparente para os cidadãos.

A validade da Lei Orçamentária Anual se dar com a compatibilização com o PPA, sendo recomendado que os orçamentos subsequentes sejam elaborados e enviados a Câmara Municipal, juntamente com o Projeto de Lei contendo a revisão do PPA, isso é uma maneira de dotar o município com uma referencia plurianual permanentes para as suas ações.

O Ciclo de Gestão do PPA tem como objetivo principal realizar as diretrizes, os objetivos e as metas que foram colocadas no plano, fazendo com que o planejamento seja uma atividade continua e dinâmica no exercício da Administração Pública. Assim, cada etapa do ciclo representa uma fonte de orientação para o desenvolvimento das fases seguintes, para se chegar aos resultados esperados com a execução do Plano Plurianual. Ciclo este que passa pelas etapas de formulação, implementação, monitoramento, avaliação e revisão.

É fundamental, portanto que cada Prefeitura defina as normas para sua gestão no plano e atribua responsabilidades para as mesmas. O monitoramento e a avaliação do plano, bem como suas eventuais revisões constituem um aprendizado precioso para a elaboração dos Planos subsequentes.

## **2.1. Etapas de Elaboração do PPA**

A Base Estratégica e os Programas (divide em finalístico e de apoio administrativo) são elementos essenciais para a elaboração do Plano Plurianual. A elaboração da Base Estratégica compreende a avaliação da situação atual e perspectivas para a ação municipal sobre a cidade, tendo como base os problemas e as potencialidades da mesma; o levantamento das ações em andamento e das demandas da população por novas ações; a participação popular, que acontece em paralelo com a avaliação da situação atual, e será conduzida de acordo com a orientação política de cada Prefeitura; a avaliação de restrições legais ao planejamento orçamentário; a orientação estratégica do Prefeito e definição de macro objetivos da administração municipal; e a definição dos recursos disponíveis por órgão ou entidade.

Os Programas são definidos a partir do momento em que são levantadas as ações em andamento e as novas ações propostas, ou seja, se inicia na última fase da Base Estratégica onde se faz o levantamento preliminar por órgãos/entidades. Esses dados servem para que o Prefeito tenha uma visão estratégica do que pode ser feito e planejado. A definição dos Programas que integraram o PPA se encerra com a validação dos Programas finais que farão parte do Plano.

O que importa na elaboração do Plano Plurianual é que seus objetivos estejam expostos com clareza à orientação do Governo e que o PPA mantenha preservada a sua compatibilidade com a LOA e a LDO. A ordem de como será realizada a elaboração do PPA depende de cada prefeitura, pois depende de cada um dos recursos disponíveis e das restrições legais existentes sobre o planejamento.

Os dados da receita deverão refletir, de fato, a expectativa para o ano. O registro de montantes de receitas arrecadadas a cada ano constitui o que se chama série temporal. A análise destas séries temporais capacitará os responsáveis pelo planejamento a estabelecer bases para estimar o comportamento futuro da variável estudada.

## **2.2. Projeção das Receitas**

Para realizar os projetos do plano será necessário que tenha recursos para se custear, pois nada adianta fazer planos e na hora de sua execução não possuir recursos para sua realização. E para projetar o quanto se pode gastar é necessário conhecer a situação em que se encontra a Prefeitura, uma das maneiras mais adequadas para a análise de tal situação é fazer a estimativa com base na tendência do crescimento verificado nos últimos anos. O mais importante é que as receitas projetadas sejam realistas, de forma a não alimentar uma expectativa falsa de disponibilidade de recursos, comprometendo a viabilidade do plano.

Os dados da receita deverão refletir, de fato, a expectativa para o ano. O registro de montantes de receitas arrecadadas a cada ano constitui o que se chama série temporal. A análise destas séries temporais capacitará os responsáveis pelo planejamento a estabelecer bases para estimar o comportamento futuro da variável estudada.

### **2.3. Diretrizes**

As diretrizes serão o norte do projeto, para definir que diretriz seguir o Prefeito e o seu Secretariado, aonde esses irão se reunir e analisar quais os setores que precisaram de demanda de investimento, onde existe uma carência ou problema municipal. É a fase mais importante por ter uma base dos problemas municipais, possuindo os dados necessários para a elaboração das diretrizes de governo e até mesmo para os projetos estratégicos da administração municipal.

As diretrizes são os objetivos gerais do governo, e sua meta é obter resultados que proporcione à população a resolução dos problemas existentes no município, proporcionando o bem-estar da sociedade. Além de ser pré-requisito para a elaboração dos programas pelas unidades setoriais, onde serão elaborados programas para atingir os resultados indicado nas diretrizes.

### **2.4. Projetos Estratégicos**

Os Projetos Estratégicos serão elaborados quando as diretrizes forem definidas e com a seleção dos problemas, para assim criar projetos que venham a solucionar tais problemas. É um meio para a materialização da visão do futuro que o governo apresenta ao município e para tanto o projeto estratégico deve ser gerenciado intensivamente por meio do detalhamento das etapas de execução e da elaboração de relatórios mensais de acompanhamento.

Para um maior controle da realização dos projetos estratégicos devem ser realizadas reuniões gerenciais periódicas entre o Prefeito e o seu Secretariado, nas quais são examinadas as situações de cada iniciativa e definidas as contramedidas ou intervenções para a solução das restrições orçamentárias, administrativas, institucionais, judiciais, etc.

### **2.5. Limite de Recursos**

Depois de saber das receitas disponíveis, definir as diretrizes, ter conhecimento dos problemas que a cidade possui e ter selecionado os Projetos Estratégicos é que o Prefeito e seu Secretariado irá definir o limite de recursos que será aplicado em cada órgão ou entidade, para cada ano a quantidade que vai ser investido nos Projetos.

Mas o limite de recursos não será decidido só entre Prefeito e seu Secretariado, existe limitações constitucionais de aplicações, tais como: o calculo do valor mínimo para aplicação em saúde e educação no município, os valores limites de gastos com pessoal no Poder Legislativo e Executivo Municipal, os valores limites para gastos com despesa de pessoal das câmaras municipais.

Existem ainda outras limitações e restrições de recursos para a elaboração do planejamento e que o analista deve ficar atento quando for elaborar.

### **2.5.1. Poder executivo**

- 54% da receita corrente líquida para despesa de pessoal, (LC 101);
- 25% da receita de impostos, compreendida as transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino, (Art. 212 CF e emenda 53, Fundeb);
- 15% da receita tributária para aplicação na saúde, (ADCT Art. 77 e emenda 29);
- 1,2 vezes a RCL é o limite para a dívida consolidada líquida do município, (Resolução 40 do senado federal).

### **2.5.2. Poder legislativo**

- 6% da receita corrente líquida para despesa com pessoal, (LC 101);
- Limite da despesa do Poder Legislativo (de acordo com a população) calculado sobre o somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizados no exercício, (Art. 29-A da CF);
- Limite de 70% da receita para folha de pagamento, incluído o gasto com subsídio dos seus vereadores, (Art. 29-A, § 1º).
- Recursos de convênio:
  - ✓ Evolução da captação e execução de recursos de convênios:
- Despesas obrigatórias e essenciais:
  - ✓ Evolução das despesas com pessoal (inclusive os contratos de substituição);
  - ✓ Evolução das despesas com encargos (PIS-PASEP, INSS);
  - ✓ Evolução das taxas: água, luz, telefone da sede e regionais;



- ✓ Evolução dos contratos para a sede e regionais: limpeza, manutenção e locação de veículos, vigilância, publicidade, locação de imóveis, manutenção de imóveis e equipamentos, manutenção de TI e outros, discriminados por finalidade.

## **2.6. Elaboração dos Programas**

A maneira que será elaborada os programas permitira o conhecimento dos problemas e dos segmentos sociais do município, que devem ser alvo da intervenção governamental, sendo estabelecidas as ações a serem implementadas e os resultados a serem alcançados. Com a elaboração do PPA os Programas passam a ser um instrumento que permitirá traduzir os macro objetivos da ação, além de ser o elo de ligação entre o planejamento de médio prazo e o de cada exercício – LOA.

Para a elaboração dos programas deve se considerar a seguinte sequência:

- Levantamento das ações em andamento – será realizado um levantamento de todas as atividades e projetos que estão sendo executadas pela Prefeitura e suas entidades vinculadas, com base para elaboração do Plano Plurianual;
- Definição das ações de duração continuada – será decidido quanto irá investir em ações continuadas, onde serão desenvolvidas pelo órgão/entidade, tendo como base as ações em andamento, as atribuições do órgão, os problemas priorizados e as diretrizes do plano;
- Definição dos projetos setoriais – aqui serão utilizados como base os recursos excedentes, o dirigente irá detalhar aqueles já reservados para as ações de manutenção dos serviços permanentes e considerando o montante especificamente destinado aos projetos estratégicos, os projetos que serão desenvolvidos pela sua unidade, observando ainda as atribuições do órgão, os principais problemas da cidade dentro de sua área de atuação e as diretrizes do plano;
- Enquadramento das ações setoriais na linguagem de planejamento – nessa face o órgão irá converter as ações setoriais dentro da linguagem do planejamento.

As ações que compõem o Programa corresponderão aos Programas de Trabalho das Leis Orçamentárias Anuais, as quais estão alocadas dotações. Facilitando assim, uma

avaliação periódica, que coteje os recursos financeiros despendidos em cada Programa, como resultados obtidos.

A metodologia adotada para a elaboração dos Programas admite dois tipos de programas, onde dividi as ações por tipo, são os Programas Finalísticos que são compostos de ações resultantes de produtos (bens ou serviços) ofertados a população e os Programas de Apoio Administrativo que é único e compreende ações de natureza administrativa, das quais decorrem despesas pessoais e encargos sociais alocados as atividades administrativas, manutenção e conservação de bens e imóveis, entre outros.

O Programa é, portanto, o instrumento que articula um conjunto de ações orçamentárias e não orçamentárias, que são suficientes para enfrentar o problema, devendo seu desempenho ser passível de aferição por indicadores coerentes com o objetivo estabelecido.

## **2.7. Elaboração do Documento Final do PPA**

Após o recebimento das propostas de programas das unidades setoriais a Administração ou a Secretaria de Planejamento irá fazer a análise e validação do que fora enviado, compreendendo a verificação dos programas quanto ao seu enquadramento nas diretrizes de Governo, a constatação do correto preenchimento dos formulários onde são apresentados os programas e as ações, e a averiguação da compatibilidade dos gastos previstos para os programas com os limites de recursos disponibilizados para cada unidade setorial, incluindo o atendimento das restrições legais do Município presentes no momento da distribuição dos recursos e o montante especificamente destinado para o desenvolvimento dos projetos estratégicos.

Quando for realizado todo esse processo de análise serão reunidos todos os programas de todas as entidades/órgãos e apresentados por meio de quadros analíticos (contendo os principais atributos dos programas e suas ações) e por fim será realizado a consolidado os programas do PPA. Com a consolidação dos programas vai ser elaborada a mensagem que acompanha o Plano Plurianual, que conterà o panorama das finanças públicas da administração local e a descrição sucinta das diretrizes que orientaram a elaboração do plano.

E para finalizar será realizada a elaboração do Projeto de Lei a ser enviado para a Câmara Municipal, que conterà a Estrutura e a Organização do Plano, evidenciando o conteúdo do PPA; a Gestão do Plano, contendo disposições gerais sobre o gerenciamento do

plano e regras sobre o monitoramento, a avaliação e as revisões do PPA; das Disposições Finais, com outras normas consideradas relevantes, por exemplo, para a publicidade do plano e compatibilidade do PPA com a LOA; Anexos consolidados e analíticos com os programas e metas da Administração Pública Municipal, ordenados por unidade setorial responsável e por diretrizes associada.

### **3 METODOLOGIA: ESTUDO DE CASO**

Esta pesquisa bibliográfica, buscando referências teóricas (SILVA, 2010) e também documental, à medida em que utilizou-se de material ainda não tratado analiticamente (SILVA, 2010), como as leis municipais e seus anexos, procurou ser descritiva, ao procurar estabelecer relações entre as variáveis utilizadas (GIL, 1996), com abordagem qualitativa, tomando por base o estudo de caso, buscando analisar um fato com profundidade (GIL, 1996; SILVA, 2010), ou seja, a gestão, em alguns pontos, ocorrida na Prefeitura Municipal de Parnaíba, tendo como foco a execução dos Planos Plurianuais nos últimos cinco anos (2006 a 2010).

Conforme o Anexo II do Plano Plurianual foi possível observar os gastos programados para cada Secretaria com seus respectivos programas e no Anexo VI foi analisado se o que se planejou foi executado, se ouvi anulações de valores ou até mesmo acréscimos de despesas nos casos em que o valor estimado não era suficiente para cumprir com o objetivo que se tinha planejado.

#### **3.1. Execução dos Programas**

Os responsáveis pelo planejamento plurianual (Prefeito e seus Secretariados, seguindo as normas de limites de recursos para cada setor) elaboram programas onde formulam ações para cada secretaria existente na Prefeitura, observando o PPA 2006-2009 foi possível observar a criação de 313 Ações a serem executadas nestes quatro anos, já no PPA 2010-2013 esse número quase que dobrou, tendo um aumento de 64,9%, representando 516 Ações a serem executadas durante esses quatro anos. O principal objetivo deste trabalho é mostrar a execução desses Planos Plurianuais da Prefeitura Municipal de Parnaíba-PI, e para examinar tais planos foi realizada uma análise dos principais programas de cada secretaria, cujo valor estimado para determinados gastos eram significantes.

### 3.2. Coleta de Dados

Para uma análise mais detalhada, vamos observar uma ação de cada Secretaria, para relatarmos com mais precisão o que antes foi observado, com detalhes de informação. Abaixo segue tabelas, contendo cada uma a sua Secretaria, sua ação, e seus valores estimados e executados, juntamente com a percentagem de execução. É possível ver os valores brutos realizados em cada ação planejada no Plano Plurianual para cada ano, e ainda perceber que para a realização da despesa cujos valores foram superiores ao que foi planejado, foi necessário um Crédito Suplementar para a conclusão de suas metas, além da anulação de despesas em determinados exercícios que não foi possível sua execução no mesmo, tendo seu valor excedido do que foi realizado.

CÂMARA MUNICIPAL			
2.001 – Coordenação Geral da Câmara Municipal			
Anos	Vl. Estimado	Vl. Executado	(%)
2006	3.900.000,00	3.894.100,00	99,85
2007	2.304.721,00	2.866.721,00	124,38
2008	4.151.756,00	4.151.756,00	100,00
2009	4.200.000,00	4.200.000,00	100,00
2010	5.300.000,00	5.300.000,00	100,00

**Tabela 1- Demonstração das despesas estimadas no Plano Plurianual de 2006-2009 e 2010 e das realizadas nos respectivos anos da ação 2.001 – Coordenação Geral da Câmara Municipal.**

Fonte: Autores.

A Câmara Municipal como podemos ver na Tabela 1, teve suas despesas realizadas de acordo com o que se havia planejado nos anos de 2008 a 2010, já o ano de 2006 o valor que se havia estimado não foi completamente realizado, sendo 0,15% anulado em tal exercício, por não ter realizado todas as despesas estimadas. Agora no ano de 2007, houve uma necessidade maior em relação aos gastos que se havia previsto, tendo que solicitar uma dotação orçamentária no valor de R\$ 911.000,00, dotação essa mais conhecida como Crédito Suplementar. Porém esse valor não foi realizado no exercício por completo, sendo anulado o valor de R\$ 349.000,00, por não ter gasto com todas as despesas previstas, tais como: despesas com equipamento e materiais permanentes no valor de R\$ 49.000,00, despesas com obras e instalações de R\$ 45.000,00, despesa com material de consumo de R\$ 60.000,00, despesa com passagens e locomoção no valor de R\$ 15.000,00, despesa com vencimentos e vantagens fixas de R\$ 6.000,00, despesas com sentenças judiciais no valor de R\$ 9.000,00, diárias de R\$ 110.000,00, e outros serviços de terceiros no valor de R\$ 55.000,00.

GABINETE DO PREFEITO			
2.002 – Coordenação do Gabinete do Prefeito			
Anos	VI. Estimado	VI. Executado	(%)
2006	625.000,00	939.307,00	150,29
2007	851.867,00	1.100.116,00	129,14
2008	1.065.000,00	1.150.900,00	108,07
2009	1.200.000,00	1.403.000,00	116,92
2010	1.464.000,00	1.723.272,00	117,71

**Tabela 2 - Demonstração das despesas estimadas no Plano Plurianual de 2006-2009 e 2010 e das realizadas nos respectivos anos da ação 2.002 – Coordenação do Gabinete do Prefeito.**

Fonte: Autores

No Gabinete do Prefeito os gastos destinados para a sua coordenação foi totalmente realizada em todos os anos, sendo insuficiente o valor que se tinha estimado, precisando de créditos suplementares para a realização de toda a sua ação, conforme tabela abaixo.

	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Crédito Suplementar</b>	464.277,00	483.717,00	132.300,00	301.709,00	276.000,00
<b>Anulação da Despesa</b>	149.970,00	235.468,00	46.400,00	98.709,00	16.728,00

**Tabela 3 - Demonstração dos Créditos Suplementares e das Despesas Anuladas nos Orçamentos realizados nos anos de 2006 a 2010 na Ação 2.002 – Coordenação do Gabinete do Prefeito.**

Fonte: Autores

SECRETARIA DE GOVERNO – SEGOV			
2.005 – Coordenação da Secretaria de Governo			
Anos	VI. Estimado	VI. Executado	(%)
2006	350.000,00	482.528,00	137,87
2007	355.000,00	340.400,00	95,89
2008	324.300,00	324.300,00	100,00
2009	250.000,00	246.680,00	98,67
2010	250.000,00	250.000,00	100,00

**Tabela 4 - Demonstração das despesas estimadas no Plano Plurianual de 2006-2009 e 2010 e das realizadas nos respectivos anos da Ação 2.005 – Coordenação da Secretaria de Governo.**

Fonte: Autores.

Na Secretaria de Governo podemos observar que o único ano que ultrapassou a meta que se havia determinado foi o ano de 2006 tendo uma dotação no valor de R\$ 483.528,00, sendo R\$ 203.062,00, anulado do orçamento por não realização de despesa no período. Os outros anos já alcançaram o que se havia planejado deixando o ano de 2007 e 2009 uma margem pequena de não cumprimento de sua meta.

	2006	2007	2009	2010
<b>Crédito Suplementar</b>	41.000,00	5.000,00	26.500,00	80.490,00
<b>Anulação da Despesa</b>	14.412,01	0,00	20.480,00	4.510,00

**Tabela 5 - Demonstração dos Créditos Suplementares e das Despesas Anuladas nos Orçamentos realizados nos anos de 2006 a 2010, exceto 2008 na Ação 2.005 – Coordenação da Secretaria de Governo.**

Fonte: Autores.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SEAD			
2.010 – Manutenção da Diretoria de Recursos Humanos			
Anos	Vl. Estimado	Vl. Executado	(%)
2006	100.000,00	126.587,99	126,59
2007	103.275,00	108.275,00	104,84
2008	150.000,00	150.000,00	100,00
2009	196.000,00	202.020,00	103,07
2010	182.000,00	257.980,00	141,75

**Tabela 6 - Demonstração das despesas estimadas no Plano Plurianual de 2006-2009 e 2010 e das realizadas nos respectivos anos da Ação 2.010 – Manutenção da Diretoria de Recursos Humanos.**

Fonte: Autores.

A ação 2.010 da Secretaria da Administração cumpriu com sua meta no ano de 2008, e nos outros 4 anos foi necessário pedir um acréscimo no orçamento para cumprir com as despesas realizadas no respectivo exercício.

SECRETARIA DA FAZENDA – SEFAZ			
2.015 – Manutenção da Diretoria da Receita			
Anos	Vl. Estimado	Vl. Executado	(%)
2006	600.000,00	914.700,00	152,45
2007	704.520,00	889.520,00	126,26
2008	943.000,00	1.020.800,00	108,25
2009	850.000,00	1.355.050,00	159,42
2010	1.465.600,00	1.715.100,00	117,02

**Tabela 7 - Demonstração das despesas estimadas no Plano Plurianual de 2006-2009 e 2010 e das realizadas nos respectivos anos da Ação 2.015 – Manutenção da Diretoria da Receita.**

Fonte: Autores.

Observa-se que houve um acréscimo de Crédito Suplementar em todos os anos, levando assim a observação de tal ação, para a revisão dos valores que se vem estimando para ela, pode ser considerado uma observação importante, pois pode estar acontecendo um gasto sem necessidades nesta secretaria, ou os dados que estão utilizando para se chegar ao valor estimado não seja tão confiável para o programa como deveria ser.

	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Crédito Suplementar</b>	380.565,00	206.000,00	97.900,00	505.434,10	250.000,00
<b>Anulação da Despesa</b>	65.865,00	21.000,00	20.100,00	384,10	500,00

**Tabela 8 - Demonstração dos Créditos Suplementares e das Despesas Anuladas nos Orçamentos realizados nos anos de 2006 a 2010 na Ação 2.015 – Manutenção da Diretoria da Receita.**

Fonte: Autores.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – SEDUC			
2.050 – Remuneração e Encargos de Professores do Ensino Fundamental (FUNDEF – 60%)			
Anos	Vl. Estimado	Vl. Executado	(%)
2006	7.800.000,00	7.740.000,00	99,23
2007	12.110.000,00	12.110.000,00	100,00
2008	13.519.150,00	13.543.550,00	100,18
2009	13.440.688,00	14.656.788,00	109,05
2010	16.311.000,00	17.523.000,00	107,43

**Tabela 9 - Demonstração das despesas estimadas no Plano Plurianual de 2006-2009 e 2010 e das realizadas nos respectivos anos da Ação 2.050 – Remuneração e Encargos de Professores do Ensino Fundamental (FUNDEF – 60%).**

Fonte: Autores.

	2008	2009	2010
<b>Crédito Suplementar</b>	25.000,00	1.279.100,00	1.142.000,00
<b>Anulação da Despesa</b>	600,00	63.000,00	0,00

**Tabela 10 - Demonstração dos Créditos Suplementares e das Despesas Anuladas nos Orçamentos realizados nos anos de 2008 a 2010 na Ação 2.050 – Remuneração e Encargos de Professores do Ensino Fundamental (FUNDEF – 60%).**

Fonte: Autores.

Os anos de 2006 a 2008 obtiveram êxito com seu valor estimado, tendo sua meta realizada, já o ano de 2006 faltou 0,77% para concluir com o programado. Já os anos de 2009 e 2010 apresentou uma necessidade maior de dinheiro, tendo um gasto superior ao esperado.

SECRETARIA DE CULTURA – SEC			
1.051 – Folgedos São João da Parnaíba			
Anos	Vl. Estimado	Vl. Executado	(%)
2006	95.000,00	177.487,90	186,83
2007	166.000,00	471.886,60	284,27
2008	240.000,00	260.000,00	108,33
2009	407.500,00	365.500,00	89,69
2010	247.500,00	440.460,00	177,96

**Tabela 11 - Demonstração das despesas estimadas no Plano Plurianual de 2006-2009 e 2010 e das realizadas nos respectivos anos da Ação 1.051 – Folgedos São João da Parnaíba.**

Fonte: Autores.

	2006	2007	2008	2010
<b>Crédito Suplementar</b>	151.000,00	377.786,60	30.000,00	350.600,00
<b>Anulação da Despesa</b>	68.512,10	116.900,00	10.000,00	157.640,00

**Tabela 12 - Demonstração dos Créditos Suplementares e das Despesas Anuladas nos Orçamentos realizados nos anos de 2006 a 2010, exceto 2009, na Ação 1.051 – Folguedos São João da Parnaíba.**

Fonte: Autores.

A ação dessa Secretaria teve uma variação de gastos muito significativa nos anos de 2006, 2007, e 2009 (o ano de 2008 também teve um gasto maior que o estimado mais não tão significativo como estes) levando a observar com muita atenção o ano de 2007, ultrapassando os gastos estimados em 184,27% a mais do que se tinha previsto, isso é preocupante, pois uma dotação deste valor envolve o dinheiro público, e deve ser analisado a fundo para que mais na frente não se tenha um desfalque nas contas públicas, verificando se esses valores que foram gastos sejam realmente necessários.

SECRETARIA DE SAÚDE – SESA			
1.033 – Programa de Saúde da Família – PSF			
Anos	Vl. Estimado	Vl. Executado	(%)
2006	3.930.014,00	3.930.014,00	100,00
2007	3.977.250,00	3.977.250,00	100,00
2008	6.424.000,00	6.521.625,00	101,52
2009	4.857.000,00	6.989.773,00	143,91
2010	5.322.800,00	7.718.143,00	145,00

**Tabela 13 - Demonstração das despesas estimadas no Plano Plurianual de 2006-2009 e 2010 e das realizadas nos respectivos anos da Ação 1.033 – Programa de Saúde da Família – PSF.**

Fonte: Autores.

	2008	2009	2010
<b>Crédito Suplementar</b>	3.145.034,00	3.256.135,00	4.578.600,00
<b>Anulação da Despesa</b>	3.047.409,00	1.123.362,00	2.604.757,00

**Tabela 14 - Demonstração dos Créditos Suplementares e das Despesas Anuladas nos Orçamentos realizados nos anos de 2008 a 2010 na Ação 1.033 – Programa de Saúde da Família – PSF.**

Fonte: Autores.

Os dois primeiros anos do Plano Plurianual 2006-2009 foram executados cem por cento, já os outros dois anos do mesmo plano necessitaram de uma dotação para a execução das despesas. E o ano de 2010 que é do outro Plano Plurianual (2010-2013) também teve que pedir um acréscimo de crédito suplementar para sua total execução.



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA – SEDESC			
1.045 – Habitacional Broderville			
Anos	VI. Estimado	VI. Executado	(%)
2006	60.000,00	60.000,00	100,00
2007	60.000,00	60.000,00	100,00
2008	70.000,00	70.000,00	100,00
2009	77.000,00	36.000,00	46,75
2010	107.000,00	-----	0,00

**Tabela 15 - Demonstração das despesas estimadas no Plano Plurianual de 2006-2009 e 2010 e das realizadas nos respectivos anos da Ação 1.045 – Habitacional Broderville.**

Fonte: Autores.

Como podemos ver os anos de 2006 a 2008 tiveram suas metas concluídas cem por cento, mostrando que os Governantes estavam interessados em cumprir com o que se havia planejado, já nos anos de 2009 e 2010 esse quadro se reverteu, o ano de 2009 só foi realizado 46,75 % das metas que se havia planejado alcançar, já as do ano de 2010, nem sequer foram executadas, nos levando a perguntar o porquê se tal mudança de atitude do Governo Municipal em não cumprir com o que se havia planejado? Porque cancelar todas as despesas dessa ação nesse primeiro ano do Plano Plurianual 2010-2013? De acordo com o Balanço Geral de 2010 no seu anexo VI as despesas com a compra de imóveis no valor de R\$ 30.000,00 e as despesas com Principal da Dívida no valor de R\$ 77.000,00 não foram realizadas.

SECRETARIA DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL – SETUDES			
1.070 – Urbanização da Orla da Praia da Pedra do Sal (etapas)			
Anos	VI. Estimado	VI. Executado	(%)
2006	5.500.000,00	5.478.000,00	99,60
2007	2.950.000,00	1.862.100,28	63,12
2008	3.450.000,00	1.979.000,00	57,36
2009	3.000.000,00	1.910.768,00	63,69
2010	4.620.000,00	3.662.200,00	79,27

**Tabela 16 - Demonstração das despesas estimadas no Plano Plurianual de 2006-2009 e 2010 e das realizadas nos respectivos anos da Ação 1.070 – Urbanização da Orla da Praia da Pedra do Sal (etapas).**

Fonte: Autores.

Essa ação vem tendo uma realização dos seus objetivos razoável, não realizando o que foi planejado, mas mostra que houve interesse dos Governantes em fazer alguma coisa, muito embora os mesmo devam buscar realizar tudo que se foi planejado para obter melhores resultados na administração.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA – SEINFRA			
2.044 – Manutenção da Diretoria de Limpeza Pública e Aterro Sanitário			
Anos	VI. Estimado	VI. Executado	(%)
2006	4.500.000,00	3.310.241,00	73,56
2007	2.606.740,00	7.265.073,05	278,70
2008	4.000.000,00	5.457.000,00	136,43
2009	2.748.473,00	5.966.392,00	217,08
2010	5.207.000,00	7.744.873,00	148,74

**Tabela 17 - Demonstração das despesas estimadas no Plano Plurianual de 2006-2009 e 2010 e das realizadas nos respectivos anos da Ação 2.044 – Manutenção da Diretoria de Limpeza Pública e Aterro Sanitário.**

Fonte: Autores.

	2007	2008	2009	2010
<b>Crédito Suplementar</b>	5.108.333,05	1.457,00	4.163.657,00	2.780.669,00
<b>Anulação da Despesa</b>	450.000,00	0,00	945.738,00	242.796,00

**Tabela 18 - Demonstração dos Créditos Suplementares e das Despesas Anuladas nos Orçamentos realizados nos anos de 2007 a 2010 na Ação 2.044 – Manutenção da Diretoria de Limpeza Pública e Aterro Sanitário.**

Fonte: Autores.

O ano de 2007 nos chama atenção em relação ao acréscimo realizado sobre o valor que se havia estimado, representando 178,70% a mais do que se tinha planejado. Analisando o Balanço Geral Anexo VI do ano de 2007 é possível descobrir quais despesas necessitaram de um valor maior para sua execução, são elas: despesas com salário-família, vencimentos e vantagens fixas, obrigações patronais, outras despesas variadas e outros serviços de terceiros. Os anos de 2008, 2009 e 2010 também tiveram um acréscimo significativo em suas despesas, ao contrario do primeiro ano que não foi realizado as despesas estimadas por completo, realizando apenas 73,56% dos gastos que tinham programado para o ano.

SECRETARIA DO SETOR PRIMÁRIO E ABASTECIMENTO – SESPA			
1.174 – Construção de Mercado Público			
Anos	VI. Estimado	VI. Executado	(%)
2006	-----	-----	0,00
2007	50.000,00	1.612.290,00	3224,58
2008	100.000,00	81.000,00	81,00
2009	2.114.480,00	36.151,00	1,71
2010	2.114.480,00	2.267.774,00	107,25

**Tabela 19 - Demonstração das despesas estimadas no Plano Plurianual de 2006-2009 e 2010 e das realizadas nos respectivos anos da Ação 1.174 – Construção de Mercado Público.**

Fonte: Autores.

	2007	2010
<b>Crédito Suplementar</b>	1.610.290,00	153.294,00
<b>Anulação da Despesa</b>	48.000,00	0,00

**Tabela 20 - Demonstração dos Créditos Suplementares e das Despesas Anuladas nos Orçamentos realizados nos anos de 2007 e 2010 na Ação 1.174 – Construção de Mercado Público.**

Fonte: Autores.

Podemos notar uma variação muito grande em cada ano no que se diz respeito ao cumprimento da realização da construção do mercado público, 2006 não foi realizada nenhuma despesa para a sua construção, já no ano de 2007 as despesas triplicaram em relação ao que se havia planejado, ouve uma despesa não programada no valor de R\$ 110.290,00 referente a indenizações e restituições, e um acréscimo de R\$ 1.500.000 nas obras e instalações, aumentando assim os gastos públicos. Nos anos de 2008 e 2009 ouve um controle maior nos gastos, chegando a um valor quase nulo no ano de 2009 que representou 1,71% da despesa executada, e em 2008 as despesas previstas foi quase o valor estimado.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E AVALIAÇÃO – SEPLAN			
2.056 – Coordenação Geral da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Avaliação			
Anos	Vl. Estimado	Vl. Executado	(%)
2006	315.000,00	616.080,00	195,58
2007	142.000,00	803.418,02	565,79
2008	780.000,00	773.400,00	99,15
2009	780.000,00	754.129,00	96,68
2010	158.000,00	194.500,00	123,10

**Tabela 21 - Demonstração das despesas estimadas no Plano Plurianual de 2006-2009 e 2010 e das realizadas nos respectivos anos da Ação 2.056 – Coordenação Geral da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Avaliação.**

Fonte: Autores.

	2006	2007	2010
<b>Crédito Suplementar</b>	495.830,00	669.938,02	43.000,00
<b>Anulação da Despesa</b>	194.750,00	8.520,00	6.500,00

**Tabela 22 - Demonstração dos Créditos Suplementares e das Despesas Anuladas nos Orçamentos realizados nos anos de 2006, 2007 e 2010 na Ação 2.056 – Coordenação Geral da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Avaliação.**

Fonte: Autores.

A Secretaria de Planejamento, Orçamento e Avaliação teve no ano de 2007, um numero de despesas executadas no exercício superior ao de todos os outros quatros anos representando um acréscimo de créditos no valor de R\$ 669.938,02, despesas estas com juros,

exercícios anteriores, entre outros. Os anos de 2006 e 2010 também tiveram créditos suplementares em seus orçamentos, já o ano de 2008 e o de 2009 realizaram quase que por completo as despesas que se haviam planejado.

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – CONGER			
2.064 – Manutenção da Coordenação Geral de Contabilidade			
Anos	VI. Estimado	VI. Executado	(%)
2006	100.000,00	4.047,00	4,05
2007	141.403,00	154.443,00	109,22
2008	172.500,00	229.200,00	132,87
2009	192.550,00	90.504,93	47,00
2010	192.550,00	246.357,00	127,94

**Tabela 23 - Demonstração das despesas estimadas no Plano Plurianual de 2006-2009 e 2010 e das realizadas nos respectivos anos da Ação 2.064 – Manutenção da Coordenação Geral de Contabilidade.**

Fonte: Autores.

	2007	2008	2010
<b>Crédito Suplementar</b>	20.490,00	69.200,00	103.807,00
<b>Anulação da Despesa</b>	7.450,00	12.500,00	50.000,00

**Tabela 24 - Demonstração dos Créditos Suplementares e das Despesas Anuladas nos Orçamentos realizados nos anos de 2007 a 2010 na Ação 2.064 – Manutenção da Coordenação Geral de Contabilidade.**

Fonte: Autores.

O primeiro ano da ação de manutenção da coordenação geral de contabilidade da Controladoria Geral do Município – CONGER representou um gasto quase que nulo, cumprindo apenas com obrigações obrigatórias para com a Controladoria. Nos dois anos seguintes esses valores mudaram, passaram a ser executado o que foi planejado e necessário acréscimos em seus créditos para cumprir com as despesas executadas, o mesmo ocorreu no ano de 2010. Já o ano de 2009 retratou o mesmo que havia ocorrido no ano de 2006, gastando apenas com as obrigações principais, deixando de realizar todas as metas planejadas.

GABINETE DO VICE PREFEITO – GAVPRE			
2.095 – Coordenação do Gabinete do Vice Prefeito			
Anos	VI. Estimado	VI. Executado	(%)
2006	130.000,00	128.000,00	98,46
2007	124.114,00	137.614,00	110,88
2008	170.000,00	170.000,00	100,00
2009	150.000,00	149.165,61	99,44
2010	221.600,00	219.120,00	98,88

**Tabela 25 - Demonstração das despesas estimadas no Plano Plurianual de 2006-2009 e 2010 e das realizadas nos respectivos anos da Ação 2.095 – Coordenação do Gabinete do Vice Prefeito.**

Fonte: Autores.

	2007
<b>Crédito Suplementar</b>	13.500,00
<b>Anulação da Despesa</b>	0,00

**Tabela 26 - Demonstração dos Créditos Suplementares e das Despesas Anuladas nos Orçamentos realizados no ano de 2007 na Ação 2.095 – Coordenação do Gabinete do Vice Prefeito.**

Fonte: Autores.

O Gabinete do Vice Prefeito teve um controle maior com a execução de suas despesas, o que se tinha estimado foi realizado em grande parte, sendo apenas necessário no ano de 2007 o acréscimo de R\$ 13.500,00 para a complementação dos gastos desse exercício.

ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO JURÍDICA EM TERESINA - EJUTE			
2.096 – Manutenção do Escritório de Representação Jurídica em Teresina			
Anos	VI. Estimado	VI. Executado	(%)
2006	170.000,00	139.401,00	82,00
2007	146.041,00	152.341,00	104,31
2008	150.000,00	158.130,00	105,42
2009	150.000,00	126.856,25	84,57
2010	115.808,00	168.952,00	145,89

**Tabela 27 - Demonstração das despesas estimadas no Plano Plurianual de 2006-2009 e 2010 e das realizadas nos respectivos anos da Ação 2.096 – Manutenção do Escritório de Representação Jurídica em Teresina.**

Fonte: Autores.

	2007	2008	2010
<b>Crédito Suplementar</b>	18.300,00	10.130,00	53.144,00
<b>Anulação da Despesa</b>	12.000,00	2.000,00	0,00

**Tabela 28 - Demonstração dos Créditos Suplementares e das Despesas Anuladas nos Orçamentos realizados nos anos de 2007, 2008 e 2010 na Ação 2.096 – Manutenção do Escritório de Representação Jurídica em Teresina.**

Fonte: Autores

O Plano Plurianual de 2006-2009, com a ação destinada a Assessoria Jurídica em Teresina, teve suas metas realizadas quase que por completo, tendo uma variação para mais em 2007 e 2008 e para menos em 2006 e 2009, mais pela média foi realizada 94,075 do que se havia planejado durante os quatro anos. Já no ano de 2010 que incorpora o Plano Plurianual de 2010-2013 ultrapassou o que se tinha planejado, tendo um acréscimo de crédito suplementar no valor de R\$ 53.144,00.

PROCURAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO – PROGER			
2.097 – Coordenação da Procuradoria Geral do Município			
Anos	Vl. Estimado	Vl. Executado	(%)
2006	200.000,00	421.000,00	210,50
2007	187.900,00	200.400,00	106,65
2008	277.800,00	497.800,00	179,19
2009	288.564,00	556.529,02	192,86
2010	515.010,00	976.410,00	189,59

**Tabela 29 - Demonstração das despesas estimadas no Plano Plurianual de 2006-2009 e 2010 e das realizadas nos respectivos anos da Ação 2.097 – Coordenação da Procuradoria Geral do Município.**

Fonte: Autores.

	2006	2007	2008	2009	2010
<b>Crédito Suplementar</b>	261.900,00	34.646,67	275.000,00	315.397,00	481.400,00
<b>Anulação da Despesa</b>	40.900,00	22.146,67	55.000,00	47.432,00	20.000,00

**Tabela 30 - Demonstração dos Créditos Suplementares e das Despesas Anuladas nos Orçamentos realizados nos anos de 2006 a 2010 na Ação 2.097 – Coordenação da Procuradoria Geral do Município.**

Fonte: Autores.

Podemos observar que a base de calculo para se estimar o valor que será gasto na ação 2.097 – Coordenação da Procuradoria Geral do Município, não condizendo com as reais necessidades do setor, pois em todos os anos que aqui estão sendo analisados os valores foram superiores ao que se tinha estimado, sendo pedida uma dotação orçamentária para todos os anos.

ASSESSORIA DE PROJETOS ESPECIAIS – APES			
2.100 – Coordenação da Assessoria de Projetos Especiais			
Anos	Vl. Estimado	Vl. Executado	(%)
2006	300.000,00	7.800,00	2,60
2007	119.670,00	125.170,00	104,60
2008	55.000,00	111.800,00	203,27
2009	80.000,00	286.815,00	358,52
2010	292.000,00	372.000,00	127,40

**Tabela 31 - Demonstração das despesas estimadas no Plano Plurianual de 2006-2009 e 2010 e das realizadas nos respectivos anos da Ação 2.100 – Coordenação da Assessoria de Projetos Especiais.**

Fonte: Autores.

	2007	2008	2009	2010
<b>Crédito Suplementar</b>	5.500,00	56.800,00	209.815,00	90.000,00
<b>Anulação da Despesa</b>	0,00	0,00	3.000,00	10.000,00

**Tabela 32 - Demonstração dos Créditos Suplementares e das Despesas Anuladas nos Orçamentos realizados nos anos de 2007 a 2010 na Ação 2.100 – Coordenação da Assessoria de Projetos Especiais.**

Fonte: Autores.

Na Assessoria de Projetos Especiais podemos verificar que acontece o mesmo com a ação anteriormente citada, sendo que apenas o ano de 2006 a operação não foi realizada, sendo cumprindo apenas as obrigações do setor, tendo acréscimos em todos os outros anos.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE PARNAÍBA - IPMP			
2.051 – Manutenção do Instituto de Previdência do Município de Parnaíba			
Anos	Vl. Estimado	Vl. Executado	(%)
2006	2.950.000,00	2.950.000,00	100,00
2007	9.753.000,00	9.753.000,00	100,00
2008	11.241.307,00	11.241.307,00	100,00
2009	13.554.267,00	13.547.267,00	99,95
2010	15.721.803,00	15.721.803,00	100,00

**Tabela 33 - Demonstração das despesas estimadas no Plano Plurianual de 2006-2009 e 2010 e das realizadas nos respectivos anos da Ação 2.051 – Manutenção do Instituto de Previdência do Município de Parnaíba.**

Fonte: Autores.

O Instituto de Previdência do Município é um setor onde todas suas metas foram alcançadas, tendo todas as despesas programas no Plano Plurianual executadas em seus respectivos exercícios.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO – SECOM			
2.101 – Manutenção da Secretaria de Comunicação			
Anos	Vl. Estimado	Vl. Executado	(%)
2006	350.000,00	628.121,00	179,46
2007	540.683,00	1.019.281,00	188,52
2008	1.122.200,00	1.147.500,00	102,25
2009	930.000,00	1.609.598,00	173,08
2010	1.550.000,00	1.550.000,00	100,00

**Tabela 34 - Demonstração das despesas estimadas no Plano Plurianual de 2006-2009 e 2010 e das realizadas nos respectivos anos da Ação 2.101 – Manutenção da Secretaria de Comunicação.**

Fonte: Autores.

	2006	2007	2008	2009
<b>Crédito Suplementar</b>	394.971,00	497.596,89	196.570,00	817.375,00
<b>Anulação da Despesa</b>	116.850,00	18.998,89	171.270,00	137.777,00

**Tabela 35 - Demonstração dos Créditos Suplementares e das Despesas Anuladas nos Orçamentos realizados nos anos de 2006 a 2009 na Ação 2.101 – Manutenção da Secretaria de Comunicação.**

Fonte: Autores.

O crédito suplementar nesta ação foi pedida em todos os anos planejados, tendo despesas maiores do que as que foram planejadas para a Manutenção da Secretaria de Comunicação, exceto no ano de 2010 que foi realizada cem por cento do que se havia estimado.

SECRETARIA DA JUVENTUDE E ESPORTES - SEJUES			
1.135 – Jovem Esporte Futuro			
Anos	Vl. Estimado	Vl. Executado	(%)
2006	40.000,00	244.260,00	610,65
2007	41.800,00	116.800,00	279,43
2008	150.000,00	170.000,00	113,33
2009	152.000,00	137.000,00	90,13
2010	136.000,00	136.000,00	100,00

**Tabela 36 - Demonstração das despesas estimadas no Plano Plurianual de 2006-2009 e 2010 e das realizadas nos respectivos anos da Ação 1.135 – Jovem Esporte Futuro.**

Fonte: Autores.

	2006	2007	2008
<b>Crédito Suplementar</b>	234.600,00	375.000,00	20.000,00
<b>Anulação da Despesa</b>	30.340,00	300.000,00	0,00

**Tabela 37 - Demonstração dos Créditos Suplementares e das Despesas Anuladas nos Orçamentos realizados nos anos de 2006 a 2008 na Ação 1.135 – Jovem Esporte Futuro.**

Fonte: Autores.

No primeiro ano para a realização do Programa da Secretaria da Juventude e Esportes com a ação 1.135 – Jovem Esporte Futuro teve-se uma despesas muito grande, ultrapassando significativamente o que se havia planejado para determinada ação, tendo um acréscimo de R\$ 234.600,00 para a execução de todas as despesas. Os anos de 2007 e 2008 também tiveram um aumento em suas despesas, já nos anos de 2009 e 2010, os valores estimados já foram realizados de acordo com o que se havia planejado.



GUARDA CIVIL MUNICIPAL – GCM			
2.103 – Manutenção da Guarda Civil Municipal			
Anos	VI. Estimado	VI. Executado	(%)
2006	200.000,00	330.629,78	165,31
2007	299.660,00	511.560,00	170,71
2008	926.660,00	929.660,00	100,32
2009	1.226.660,00	525.773,18	42,86
2010	882.000,00	908.500,00	103,00

**Tabela 38 - Demonstração das despesas estimadas no Plano Plurianual de 2006-2009 e 2010 e das realizadas nos respectivos anos da Ação 2.103 – Manutenção da Guarda Civil Municipal.**

Fonte: Autores.

	2006	2007	2008	2010
<b>Crédito Suplementar</b>	217.179,78	214.814,80	18.000,00	38.500,00
<b>Anulação da Despesa</b>	86.550,00	2.914,80	15.000,00	12.000,00

**Tabela 39 - Demonstração dos Créditos Suplementares e das Despesas Anuladas nos Orçamentos realizados nos anos de 2006 a 2010, exceto 2009, na Ação 2.103 – Manutenção da Guarda Civil Municipal.**

Fonte: Autores.

Na ação destinada a Manutenção da Guarda Civil Municipal, os gastos ultrapassaram o que se tinha planejado em todos os exercícios, sendo visível a necessidade do Crédito Suplementar em todos os anos, mais para não se ter o pedido de dotação para o orçamento em todos os períodos, deveria analisar a base de cálculo que leva os planejadores a estimarem tais valores para o Plano Plurianual, procurando assim uma solução para a não alteração dos valores programados.

#### 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados apresentados no capítulo anterior mostraram como é admissível acompanhar a execução das despesas programadas para os Planos Plurianuais, sendo possível observar o que está sendo realizado, o que alterou nos valores que se tinha estimado, em quais setores foram necessários se investir mais, em qual ação a meta não foi alcançada, qual ação teve suas despesas anuladas por não execução em determinado exercício. Podendo assim se avaliar no decorrer do exercício todas as alterações e a realização das metas estratégicas planejadas para determinados períodos.

Analisando o Anexo VI do Balanço Geral do Município foi possível perceber que as alterações ocorridas para a execução das despesas por completo foram apoiadas em créditos suplementares quando não se tinha o valor suficiente para arcar com as despesas,

sendo necessário o acréscimo de créditos adicionais, e quando os valores destinados para a execução não era realizado no próprio exercício por algum motivo financeiro do exercício ou por decisão dos responsáveis pela execução, era anuladas as despesas destinadas para os programas.

<b>PLANO PLURIANUAL 2006-2009 e 2010</b>				
<b>ANOS</b>	<b>QUANT. DE AÇÕES</b>	<b>DESPESAS ESTIMADAS<sup>3</sup></b>	<b>DESPESAS EXECUTADAS<sup>4</sup></b>	<b>(%)</b>
<b>2006</b>	313	32.215.014,00	32.522.304,67	100,95
<b>2007</b>	313	37.735.644,00	45.637.658,95	120,94
<b>2008</b>	313	49.482.673,00	50.138.728,00	101,33
<b>2009</b>	313	50.845.182,00	55.151.759,99	108,47
<b>2010</b>	516	62.376.151,00	69.096.444,00	110,17
<b>Total nos 5 anos</b>	<b>829</b>	<b>232.654.664,00</b>	<b>252.546.895,61</b>	<b>108,55</b>

**Tabela 40 - Resumo dos Resultados Obtidos das Demonstrações das despesas estimadas com as despesas executadas de cada ano do Plano Plurianual 2006-2009 e 2010.**

Fonte: Autores.

Como podemos observar no quadro acima, numa visão geral, podemos observar o valor bruto da despesa estimada para cada ano, seguindo com os valores que foram realizados, ou seja, efetivados para os anos planejados. Podemos então fazer uma breve conclusão em relação ao que se pretendia gastar e o que realmente foi gasto. De acordo com o que podemos ver tudo que se havia planejado foi executado, sendo possível ainda perceber que os valores que se havia programado para gastar não foram suficientes para a conclusão da ação programada, sendo feito um aumento de valores em todos os anos, tendo alterações significantes no orçamento público. O ano de 2007 foi onde houve um aumento mais significativo no orçamento, pois teve que pedir créditos suplementares que arcasse com a despesa necessária para realizar o que se havia planejado. É importante ressaltar que os Créditos Adicionais só serão aceitos mediante análise de orçamento, aonde chegaram à conclusão que realmente necessitam de reforços de dotação para a conclusão da execução da ação. E pelo que estar demonstrado na tabela 40, esses Créditos Adicionais foram aprovados, pois consta a realização da ação com o valor superior do que se tinha previsto juntamente com a aprovação de tais créditos suplementares.

Vale ressaltar que neste capítulo só foi analisado os valores brutos estimados para cada ano, e que assim não é possível fazer uma análise mais precisa sobre as ações de cada secretaria, levando em consideração ainda que cada secretaria teve uma quantidade de programas, metas, valores distintos entre si. Mas se voltamos ao que foi exposto no capítulo

<sup>3</sup> Anexo II do Plano Plurianual 2006-2009 e Plano Plurianual 2010-2013

<sup>4</sup> Anexo VI do Balanço Geral dos anos de 2006 a 2010

anterior é possível ter uma demonstração do que veio ocorrendo nos últimos cinco anos na Prefeitura Municipal de Parnaíba – PI, pois temos uma análise detalhada de uma ação de cada secretaria, e podemos através dela chegar à conclusão de que tudo que se foi planejado teve um esforço por partes dos governantes em realizar, embora em algumas situações esses valores tenham sido superior ao planejado, se transformando em um motivo para se investigar tal comportamento perante a ação, além de alguns casos em que as despesas foram anuladas no período planejado, sendo por motivos financeiros da prefeitura, ou até mesmo por questão de análise do programa, que não acharam necessário à execução de tal despesa em tal período.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Plano Plurianual se tornou um instrumento muito importante para a realização de metas de cada setor municipal, sendo realizada uma análise de valores executados de cada ano sobre os valores que haviam estimados. Analisar cada ação faz com que os próximos planejamentos sejam melhores e mais bem preparados que os anteriores. Apesar de se ter uma base de cálculo para se chegar ao valor que irá ser gasto nos anos seguintes, foi possível ver que nem sempre eles conseguem estipular realmente o que se vai gastar, tendo que tomar novas decisões para com a execução das ações.

A prefeitura possuindo gastos municipais superiores ao que se tinha estimado, não representa uma situação favorável para a sociedade, pois faz com que o governante remaneje valores de ações não tão importantes para outras que tem mais prioridades, deixando assim de executar algumas ações por falta de recursos, ações essas que podem não ser tão importantes mais podem fazer falta, pois representa um exercício inteiro sem movimento na ação que já foi executada em anos anteriores e que se havia planejado mais investimentos nos anos seguintes.

A decisão de onde, quando e quanto investir deve ser cuidadosamente analisada, pois cada decisão tomada influencia diretamente a sociedade, afetando positiva ou negativamente suas vidas. Planejar não é simplesmente colocar várias ideias em um papel, e destinar um valor para a sua realização, é mais que isso, é analisar todos os dados relacionados com a sociedade em geral, observar cada eixo que ela possui, procurando pesquisar a necessidade de cada um, fazendo levantamentos que possam ser utilizados como indicadores para a elaboração e decisão de cada ação.

O que podemos ver no decorrer dessa pesquisa é que há interesse de todos os responsáveis em realizar todos os procedimentos básicos para as elaborações estratégicas que

dará origem aos programas com suas respectivas ações, onde determinaram os recursos a serem investidas, as metas a serem alcançadas, entre outras decisões relacionadas com o Plano Plurianual, mas vale salientar que com as comparações realizadas podemos observar que essas ações não estão sendo bem planejadas, e os valores destinados para o cumprimento das metas não estão muitas vezes sendo o suficiente para sua realização, tendo um acréscimo muito significativo de créditos adicionais no orçamento. E essa alteração no orçamento faz com que o governante junto com seus secretários discutam onde se retirar recursos para investir no programa que apresenta uma prioridade maior, mas quando se dar prioridade a algum programa, deixa-se de realizar um outro por conta daquele e isso não é nada vantajoso para os cidadãos.

Vale lembrar que o Plano Plurianual é um instrumento de planejamento usado por Prefeituras Municipais, onde elas se comprometem em um período de quatro anos a implementação de forma regionalizada, além de ser um plano de investimento prioritário voltado ao crescimento dos municípios. Afora de sua elaboração e implementação na sociedade, ele deve ser executado com responsabilidades técnicas de monitoramento e avaliação dos resultados dos programas estabelecidos, assim pode ser solucionado problemas que venham a ocorrer no momento de sua execução, prevenindo até problemas nos próximos programas que serão elaborados.

Analisar a execução de todas as ações é um grande passo para a correção nos próximos planos plurianuais, evitando gastos acima do planejado, e do que se pode realizar, não dando prioridades a certos programas, mas sendo executados todos, para se ter um bom planejamento. A avaliação dos programas trará uma qualidade ao gasto público e melhorar os resultados da ação governamental, que por consequências trará benefícios a todos os eixos municipais. Todos os Planos Plurianuais devem ser avaliados e segundo a definição do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

A avaliação do Plano Plurianual é um processo contínuo e participativo de aperfeiçoamento da administração pública federal, sob a perspectiva dos resultados para o cidadão. É uma etapa do ciclo de gestão governamental e visa melhorar o desempenho dos programas, promover o aprendizado das equipes gerenciais, além de prestar contas ao Congresso Nacional e à sociedade (Brasil, 2002, p.44).

A forma mais correta para ter Planos Plurianuais com resultados sempre positivos, é ter como base os PPA anteriores, juntamente com os dados das despesas executadas nos períodos planejados, para assim ter valores que condizem com a realidade da sociedade. Assim será possível determinar o quanto realmente se necessita destinar para cada secretaria, tendo um gasto baseado com as necessidades do período, não tendo que pedir créditos

suplementares para a conclusão da ação. Planejar estrategicamente com indicadores que apresentam confiabilidade para determinar o quanto gastar, é essencial para a execução dos Planos Plurianuais nas Prefeituras Municipais.

Essa pesquisa mostra os resultados dos últimos cinco anos dos Planos Plurianuais, tendo comparativo com o valor estimado e executado, tendo uma grande importância para o conhecimento da sociedade, pois é possível analisar se o que foi planejado teve sua execução realizada, assim como se houve algum motivo para a não realização de tal ação. Chama a atenção de como cada órgão vem realizando suas ações, se está havendo comprometimento e responsabilidade por parte dos governantes e seus secretariados em executar as ações planejadas para determinado período. Nos mostra resultados que nos fazem investigar o porquê de tal acontecimento, tais como a anulação de determinadas despesas, o acréscimo de créditos suplementares, sendo isto uma proposta para uma pesquisa aprofundada no balanço geral das despesas executadas nos últimos cinco anos da Prefeitura de Parnaíba. Essa análise faz com que a participação da sociedade na elaboração dos planos plurianuais sejam mais operantes, tendo empenho e ideias para determinar as diretrizes estratégicas.

Pode-se concluir que se a elaboração do Plano Plurianual tiver uma participação ativa da sociedade, isso impulsionará a construção de um município cidadão, com melhores condições de vida, solidário, desenvolvido e ambientalmente sustentável. A participação dos cidadãos terá uma repercussão sobre as decisões, execução, fiscalização e avaliação dos programas, sendo compromisso do governo com os cidadãos a construção de uma cidade que proporcione lazer, segurança, saúde e educação para todos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Manual de Avaliação**: plano plurianual 2008-2011: exercício 2010: ano base 2009 / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria Planejamento e Investimentos Estratégicos. Brasília: MPOG, 2010.

\_\_\_\_\_. Constituição Federal/1988. Art. 165, *Seção Orçamentária*.

\_\_\_\_\_. **Lei de Responsabilidade Fiscal**, Lei Nº 101/2000, de 4 de maio de 2000.

CARVALHO, Deusvaldo. **Orçamento e Contabilidade Pública**. 4º ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 14º ed. – São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

OLIVEIRA, A. DE C.: CARVALHO P.C.P. **Estatuto da cidade**: Anotações à lei 10.257, de 10.07.2001, Curitiba: Juruá, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNAÍBA. **Anexos II da Revisão do Plano Plurianual – PPA 2006 – 2009**. Gabinete do Prefeito Municipal de Parnaíba – PI, 30/12/2008.

\_\_\_\_\_. **Anexos II da Revisão do Plano Plurianual – PPA 2010 – 2013**. Gabinete do Prefeito Municipal de Parnaíba – PI, 31/12/2010.

\_\_\_\_\_. **Demonstrativo de Despesa de 2006**. Emissão em 09/06/2011.

\_\_\_\_\_. **Demonstrativo de Despesa de 2007**. Emissão em 09/06/2011.

\_\_\_\_\_. **Demonstrativo de Despesa de 2008**. Emissão em 09/06/2011.

\_\_\_\_\_. **Anexo VI – Resolução TCE-PI nº 1804/2008**: Demonstrativo de Despesa de 2009. Emissão em 09/06/2011.

\_\_\_\_\_. **Anexo VI – Resolução TCE-PI nº 905/2009**: Demonstrativo de Despesa de 2010. Emissão em 09/06/2011.

REZENDE, Denis Alcides. **Planejar para bem governar**. Texto de Apoio ao Professor. Sistema EAD UNINTER.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da Pesquisa Aplicada à Contabilidade**: orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SILVA, Lino Martins da, **Contabilidade Governamental**. São Paulo: Atlas, 2007.

SLOMSKI, V. **Manual de Contabilidade Pública**: um enfoque na contabilidade municipal, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal. São Paulo: Atlas.

VAINER, Ari; ALBUQUERQUE, Joselia; GARSON, Sal. **Manual de Elaboração**: o passo a passo da elaboração do PPA para os municípios. 2º ed. Março/2005. Disponível em: <[http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/publicacoes/090205\\_manual\\_elaboracao\\_PPA\\_municipios.pdf](http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/publicacoes/090205_manual_elaboracao_PPA_municipios.pdf)>. Acessado em 20. Jan. 2011.